

MIGRAÇÕES INTERNAS E URBANIZAÇÃO

- CONDIÇÕES ECONÔMICAS -

Original

Ruy de Carvalho B. Lourenço Filho
Professor Titular da UFRJ-CCJE-FEA

968

35

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
FORUM DE CIÊNCIA E CULTURA
IV CURSO DE ESTUDO DE PROBLEMAS BRASILEIROS

MIGRAÇÕES INTERNAS E URBANIZAÇÃO

- CONDIÇÕES ECONÔMICAS -

Original

Ruy de Carvalho B. Lourenço Filho
Professor Titular da UFRJ-CCJE-FEA

1970

Rio de Janeiro, GB
Junho de 1974

ÍNDICE

	Pag.
1. Introdução	3
2. Migrações Internas	6
3. População Urbana e População Rural	10
4. Crescimento das Cidades e Vilas: Urbanização	13
5. Migrações Inter-regionais e Migrações Intra-	
-regionais	20
Conclusões	24
Notas	25
Tabelas	32
Bibliografia Consultada	44

1. INTRODUÇÃO

Nos últimos cem anos a população brasileira quase decuplicou. A contribuição da imigração estrangeira, que na segunda metade do século XIX tinha crescido rapidamente após a abolição da escravatura, declinou quase totalmente com a Primeira Guerra Mundial. (1) No entanto, a taxa de crescimento demográfico brasileiro continuou a elevar-se em virtude da redução da mortalidade: de 2,38% no decênio 1940/1950 alcançou 2,99% no período 1950/1960, e declinou para 2,90% no decênio 1960/70. Com taxas dessa ordem, a população tende a dobrar cada 25 anos aproximadamente.

A ocupação do território, desde a época colonial, se faz em pontos isolados de povoamento, estendendo-se numa estreita faixa de terra de até 300 quilômetros a partir do litoral; essa distribuição espacial da população tem sido comparada a um "arquipélago" urbano, com pontos de elevado adensamento, distanciados uns dos outros por amplos espaços vazios. Os pontos de concentração urbana representam núcleos de desenvolvivimento regional e desigualdades de renda. (2)

Além disso, fluxos migratórios internos têm sido observados em numerosas épocas, associados principalmente ao deslocamento da fronteira agrícola ou à industrialização. (3)

Em termos gerais, o atual nível de povoamento do país ainda é baixo, com pouco mais de 11 habitantes por quilômetro quadrado; consideráveis variações de densidade demográfica são

verificadas entre as Grandes Regiões, desde 1,0 hab/km² na Região Norte até 43,9 hab/km² na Região Sudeste. Semelhante variação ocorre dentro das Regiões, o que se pode ilustrar com extremos na própria Região Sudeste, onde 1,8 hab/km² no Município de Buritis (nos Chapadões do Paracatu, noroeste de MG) contrastam com os 5822,6 hab/km² no Município de Nilópolis (na região Fluminense do Grande Rio, RJ). Esse padrão de consideráveis variações de densidade demográfica é comum às GR Nordeste, Sudeste e Sul; existe também na parte sul da Centro-Oeste, mas na sua parte norte e na GR Norte (que é a Amazonia) são predominantes os grandes vazios demográficos.

A medida em que a urbanização se interiorizou nos últimos 30 anos, e que se implantou uma rede rodoviária, a estrutura espacial do país evoluiu do padrão de "arquipélago", para um modelo "núcleo-periferia". O núcleo é formado principalmente pelas grandes Regiões Metropolitanas do triângulo São Paulo, Rio de Janeiro e Belo Horizonte, as duas primeiras unidas pelo Vale do Rio Paraíba do Sul. A periferia compreende três grandes unidades espaciais: o Centro-Sul, o Nordeste e a Amazonia. (4)

A importância atual dos estudos sobre Migrações Internas, do processo de Urbanização, e a investigação das Condições Econômicas que as relacionam se reflete no interesse que esses temas vêm despertando nos estudiosos e na atenção que lhes têm dedicado as autoridades governamentais com responsa

bilidade no Planejamento Econômico e Social do país. (5)

Além do interesse em analisar causas de migrações internas, de avaliar a influencia de fatores específicos nessas migrações, é importante caracterizar as populações urbana e rural e aquilo que as torna distintas. Igualmente, pesquisar quais são as condições econômicas e sociais que alteram o ritmo da urbanização e se existem diferentes tipos de urbanização. Afinal, por que em uma dada região, algumas cidades crescem rapidamente enquanto outras crescem lentamente ?

Finalmente, quando correntes migratorias de origem externa deixaram de ocorrer nas décadas recentes, migrações internas têm sido observadas no país, redistribuindo a população, deslocando a fronteira agrícola e povoando vazios demográficos. Também migrações internas têm contribuído para o surgimento de grandes aglomerados urbanos e de áreas metropolitanas. Sabe-se que, sob muitos aspectos, as condições de vida de alguns grupos de habitantes dos grandes aglomerados têm níveis comparáveis e até inferiores aos da vida rural nas regiões pobres. Mas apenas em começo estão os estudos de Economia Urbana, que permitem avaliar custos comparativos em cidades de vários tamanhos e as vantagens sociais das migrações internas.

Neste trabalho, alguns dos problemas enumerados serão examinados, procurando reunir informação e dar notícia de pesquisas que a respeito tenham sido feitas em época recente no país.

2. MIGRAÇÕES INTERNAS

Em sentido restrito, migrações internas constituem movimentos de populações no espaço delimitado pelas fronteiras geográficas de um país. Em geral, os movimentos transitórios não são incluídos no seu estudo; por isso, o caráter definitivo do deslocamento de um lugar para outro envolve a intenção de mudança de residência dos membros do grupo e portanto a de permanência durante um tempo mínimo nesse mesmo lugar.

Dessa concepção decorrem as noções de origem e destino, bem como as de fluxo e percurso migratórios, essenciais na tentativa de analisar qualitativa e quantitativamente as migrações.

Que fatores provocam migrações internas, isto é, por que as pessoas migram? e para onde migram? De início, deve-se distinguir a migração espontânea da migração "induzida", pela significação diferente que esses movimentos podem ter. A migração "induzida" é aquela que resulta da aplicação de instrumentos e mecanismos que provoquem indiretamente o efeito orientador das migrações; ela é, em geral, obtida através de uma política de migrações com povoamento orientado. (6)

Com relação à sua origem (região de saída) e a seu destino (região de entrada), podem ser enumerados os quatro tipos de migrações internas: a) rural-urbano; b) rural-rural; c) urbano-urbano; d) urbano-rural.

O primeiro tipo, rural-urbano, é reconhecidamente dos

mais importantes, tem sido registrada em todo o mundo e nos anos recentes tem atingido proporções elevadas no Brasil; como se verá no Capítulo 3, a disparidade das taxas de crescimento anual da população rural (0,7%) e da população urbana (5,2%) na década 1960/70, contribuindo para a urbanização, é deste tipo, que também se poderia denominar migração campo-cidade.

O tipo rural-rural, ocorre principalmente onde o destino está na fronteira agrícola, por exemplo, grupos de pessoas da lavoura de café do sul de Minas ou do Espírito Santo que se deslocam para a lavoura de café no norte do Paraná. Presentemente esse tipo de movimento vem ocorrendo entre o Nordeste e a Amazonia ou o Centro-Oeste.

O terceiro tipo, urbano-urbano, caracteriza o movimento da vila ou da cidade pequena para a grande cidade, ou para as metrópoles. Muito embora este tipo não aumente a taxa de urbanização, tem importância atual pois contribui em boa parte para a pressão demográfica nos grandes aglomerados urbanos, inclusive nas Regiões Metropolitanas; acompanha em geral, mas não necessariamente, o processo de industrialização.

O último tipo, urbano-rural, não tem ainda grande significado entre nós, mas em outros países já ganha importância com movimentos de "retorno à natureza", ou então com a localização de áreas residenciais de alta renda em zonas afastadas ou rurais das localidades.

Sob outro aspecto, de interesse nacional, é importante

considerar os movimentos inter-regionais (do Nordeste para São Paulo ou Rio, por exemplo) os quais têm em geral como destino uma Área Metropolitana, dos movimentos intra-regionais, isto é, dentro de uma mesma Região (por exemplo, de pontos do interior do Nordeste para as Capitais dos Estados respectivos, ou para Fortaleza ou Recife) os quais têm alcançado predominância recente, fazendo crescer a taxas altas algumas cidades de tamanho medio, como se verá no Capítulo 3.

A teoria tradicional sobre migrações internas foi estabelecida em fins do século XIX, com base em pesquisas empíricas e tem ainda aceitação corrente para a explicação das migrações de tipo rural-urbano em países em processo de industrialização. Admite fatores repulsivos na origem e fatores atrativos no destino, que influem na decisão individual do migrante, a qual muito embora não caracterize uma racionalização econômica toma como principal fator explicativo o desejo de melhorias materiais ou o que é equivalente, o motivo dominante nas decisões de migrar é de natureza econômica. (6)

Autores mais recentes admitem uma relação entre as migrações internas e o desenvolvimento econômico, não dicotômica mas de complexos fatores sócio-culturais. A migração se daria com caráter seletivo numa massa potencialmente existente, pois a decisão de migrar está intimamente relacionada à capacidade de romper com padrões tradicionais de cultura e deslocar-se em busca de melhores oportunidades em outras áreas. (7)

Além das dificuldades teóricas há as devidos à limitação de dados estatísticos. Alguns estudos publicados no Brasil restringiram-se a dados censitários, dos quais os de 1970 permitem caracterizar os domicílios de origem e destino dos migrantes (de acordo com a situação rural ou urbana) e distinguir migrações inter e intra regionais, como veremos no Capítulo 5.

Adiantaremos, porém, um resultado do Censo de 1970 que ilustra a importância atual das migrações internas no Brasil: quase 30 milhões de brasileiros residiam em município diferente daquele de seu nascimento, isto é, um de cada três brasileiros já migrou pelo menos uma vez no país.

3. POPULAÇÃO URBANA E POPULAÇÃO RURAL

Em 1970, a população total recenseada de 94,5 milhões apresentou pela primeira vez uma população urbana (56,0%) maior do que a população rural (44,0%), o que confirma a forte tendência à urbanização indicada pela sequência de percentagens da população urbana nos últimos trinta anos: 31,2% (1940); 36,2% (1950) e 45,1% (1960). (8)

Os resultados dos quatro últimos Censos decenais têm sido analisados em numerosos estudos, com algumas conclusões interessantes que merecem ser destacadas.

Primeiramente, convém salientar que a população brasileira se concentra em aglomerados mais populosos, muito embora as taxas de crescimento anual tenham comportamento diverso conforme o tamanho da aglomeração.

- Cidades mais populosas 1960-70

O crescimento das cidades mais populosas do Brasil, na década 1960-70, está apresentado na Tabela 1. A taxa de crescimento de cada uma pode ser comparada com o crescimento urbano global e por regiões, indicado na Tabela 3. Dessas cidades, a do Rio de Janeiro teve o menor crescimento anual na década (2,7%), inferior até ao crescimento da população total do país (2,9%). A taxa anual de crescimento da população urbana (5,2%) foi ultrapassada pela de Belo Horizonte (5,7%) e a de Santo André (6,2%) e quase igualada pela de São Paulo (5,1%).

Essas dez cidades constituem alguns dos polos mais atra-
tivos para os migrantes, com a diferença que será apreciada
adiante, de que as migrações orientadas para o Rio de Janeiro,
São Paulo, Porto Alegre, Curitiba e Santo André têm origem em
todos os pontos do país, enquanto predominam migrações oriun-
das da própria Região, nos casos de Recife, Belo Horizonte, Sal-
vador, Belém e Fortaleza. (9)

Municípios das Capitais, 1960-70

As capitais estaduais constituem pontos de concentra-
ção urbana e têm crescido acentuadamente; note-se que das dez
cidades mais populosas da Tabela 1, nove são capitais esta-
duais. No entanto, nota-se grande variação das taxas, rela-
cionada as peculiaridades das condições regionais, com desi-
gual desenvolvimento e ocupação descontínua do território. A
Tabela 2 apresenta a população dos Municípios das Capitais das
Unidades da Federação, grupadas nas dez Regiões adotadas nos
Censos. Note-se que aí se considera a população total (urba-
na e rural) dos Municípios das Capitais, e não somente a popu-
lação das cidades, como adotado na Tabela 1. Consideradas
as vinte cinco capitais indicadas (e retirada a cidade de San-
to André), verifica-se que a população dos 16 núcleos urbanos,
capitais não incluídas entre as 10 mais populosas (da Tabe-
la 1), representa cerca de 5 milhões de habitantes. (10)

- População Urbana e População Rural 1960-70

A comparação da população urbana com a população rural na década 1960-70, pelas Regiões dos Censos, está apresentada na Tabela 3.

Em termos nacionais, enquanto a população total cresceu à taxa anual de 2,9%, a taxa da população urbana foi de 5,2% ao ano e a taxa da rural foi de apenas 0,7%. Em termos regionais, consistentemente as taxas urbanas são mais elevadas que as taxas rurais, que chegaram a ser negativas nos Estados de Minas Gerais-Espírito Santo, Rio de Janeiro-Guanabara e São Paulo. Cinco das regiões apresentam taxa acima da média nacional para a população total, destacando-se a X-Centro Oeste (MT, GO, DF), a VIII-Paraná, e a I-Amazonia; as outras cinco apresentam taxas ligeiramente abaixo da média nacional, destacando-se a região Minas Gerais-Espírito Santo com a menor taxa anual, de 1,5%. Os casos mais marcantes de crescimento generalizado são as regiões do Paraná (VIII) e Centro-Oeste (X). Minas Gerais-Espírito Santo (V) foi a região que teve maior perda relativa de população (que em 1960 era 16% da do país, reduzindo-se para 14% em 1970), já que ao lado de crescimento abaixo da média no meio urbano, associou-se uma redução da população rural.

4. CRESCIMENTO DAS CIDADES E VILAS: URBANIZAÇÃO

O crescimento das grandes cidades e o das Capitais já foi comentado no Capítulo 3, bem como foi comparado o crescimento urbano e rural. Como se terá dado o aumento da população nos pequenos aglomerados urbanos? Os resultados dos Censos de 1950, 1960 e 1970, apresentados na Tabela 4, permitem apreciar o crescimento do número de cidades e vilas, por classes de tamanho dos grupos de habitantes e o das próprias populações correspondentes (na análise geral dessa Tabela 3, a distinção de população presente, recenseada, e residente indicada na Nota tem relativamente pequena influência).

Convém salientar que no Brasil a população urbana é definida com base legal-administrativa: é a população residente na área urbana do Município (cidade e vilas, isto é, sedes administrativas). Durante algum tempo uma lei federal estabeleceu as condições mínimas de número de moradias, de população e de arrecadação tributária para criação de novos municípios. Atualmente cada Estado fixa suas condições, observadas nos desmembramentos, e o Governo local define por lei municipal a área urbana do Município. (11)

Os dados da Tabela 4 mostram a evolução dos pequenos aglomerados (cidades e vilas com população até 10 000 habitantes) e a dos aglomerados maiores (cidades e vilas com mais de 10 000 habitantes). Verifica-se que os aglomerados menores, de até 2 000 habitantes, diminuíram sua participação

dentro do número total de cidades e vilas do País, enquanto aumentou a participação dos aglomerados maiores.

Verifica-se também que a população brasileira se concentra cada vez mais em aglomerados mais populosos, pois a percentagem dos habitantes de aglomerados de mais de 10 000 habitantes vem aumentando, enquanto a das outras classes diminui.

Considerando apenas duas classes de aglomerações, a de até 10 000 habitantes apresentou taxas médias geométricas de crescimento de 3,07% (para 1^o50/60), reduzindo-se para 2,30% (para 1^o60/70); enquanto a de mais de 10 000 habitantes apresentou as taxas de 6,45% e 6,13%, respectivamente, as quais embora declinantes são sensivelmente maiores que as primeiras.

- Categorias segundo a dimensão populacional

Muito embora a tendência da população em concentrar-se em aglomerações maiores tenha sido evidenciada na Tabela 4, o agrupamento em uma única classe das 652 cidades e vilas com mais de 10 000 habitantes, somando 41,5 milhões de habitantes (ou 78,5%) da população urbana pouco esclarece sobre sua distribuição. Exame mais pormenorizado da distribuição das cidades populosas é necessário para avaliar-se a evolução da rede urbana brasileira. Torna-se necessário para isso uma conceituação relativa de cidade grande, média e pequena.

na. É o que apresenta a Tabela 5.

Para ilustrar o interesse da questão, mencione-se que em 1900, o Brasil possuía 17,5 milhões de habitantes e a cidade do Rio de Janeiro 810 mil, o que representava uma concentração urbana de 4,6% na Capital e primeira metrópole do país; em 1970, a população total era de 93,2 milhões e a da Guanabara 4,3 milhões, o que mantinha a sua concentração urbana em 4,6% do total, quando já tinha perdido a categoria de primeira metrópole para São Paulo (com 5,2 milhões) e a condição de Capital para Brasília.

A Tabela 5 estabelece sete categorias de cidades, em classes percentuais da população total do país, a 1ª categoria correspondendo às aglomerações com mais de 2%, a 2ª com mais de 1% até 2%, e assim sucessivamente, até a 7ª categoria abrangendo de 0,05% a 0,1%. Para cada uma dessas sete categorias está indicada, em milhares de habitantes, a dimensão populacional correspondente à população total em cada Censo desde 1940 até 1970, abrangendo um período de 30 anos.

Aplicando-se o critério acima estabelecido verifica-se que em 1940 havia 60 cidades (com pelo menos 20 000 habitantes) e que trinta anos depois, em 1970, esse número já se elevava a 150 cidades (com ao menos 50 000 habitantes). As duas distribuições estão apresentadas na Tabela 6, pelas sete categorias e segundo as Grandes Regiões, reunidas em uma coluna a Amazonia (GR Norte) e a Centro Oeste. (12)

Verifica-se que a 1ª categoria não sofreu alteração: as duas metrópoles nacionais Rio de Janeiro e São Paulo permaneceram. Para a 2ª categoria, agora com ao menos 1 milhão de habitantes passaram três cidades, duas no Nordeste (Recife e Salvador) e uma no Sudeste (Belo Horizonte). Na 3ª categoria, antes com três, das quais duas passaram para a 2ª, permaneceu Porto Alegre, acrescentando-se Belém (do Pará, na Amazonia), Fortaleza (no Nordeste) e Curitiba, no Sul. São essas as nove maiores aglomerações (que já estavam relacionadas na Tabela 1).

Outras observações sobre a expansão da rede urbana brasileira podem ser resumidas na afirmação de que essa multiplicação de núcleos reflete ao mesmo tempo dois tipos de processos: de difusão da urbanização e de concentração, em especial nas regiões metropolitanas. Como se indica no estudo original citado, na realidade pode-se distinguir quatro fenômenos importantes:

- "1º) Metropolização, isto é, a formação de regiões metropolitanas, com base industrial e com grandes centros satélites em torno do núcleo principal;
- 2º) Interiorização, que consiste no surgimento de novos lugares centrais, muitos de crescimento rápido, seja nas novas fronteiras agrícolas, como Londrina, no norte do Paraná, ou ainda pela implantação de núcleos em áreas vazias, como é o

caso de Brasília;

- 3º) Estabelecimento de eixos de circulação, como no caso da Rio-Bahia, que frequentemente se constituem em verdadeiros eixos de desenvolvimento, com base em uma estrutura industrial, como no exemplo do Vale do Paraíba;
- 4º) Função administrativa, responsável pela elevada ordem hierárquica das capitais estaduais dentro de suas respectivas regiões, ou pela sua própria rápida ascensão, como no caso de Goiânia. " (12)

Se no conjunto, nesses trinta anos, o número total de cidades foi multiplicado por 2,5, a posição de liderança da GR Sudeste se manteve crescendo praticamente na proporção do conjunto; mas a Amazonia e o Centro Oeste tiveram seu número de cidades quadruplicado, enquanto a GR Sul quase triplicou e o Nordeste apenas duplicou.

- Crescimento de Municípios, com população superior a 500 mil, em 1970

Tal como na maioria dos países em desenvolvimento, a urbanização apresenta peculiaridades. A relação (População urbana/População total) em cada Município tem ritmo de crescimento diverso e variável no tempo. A Tabela 7 ilustra a si

tuação ao considerar, em 1970, os Municípios com população superior a 500 000 habitantes. A lista é quase a mesma das Cidades mais populosas da Tabela 1. Como a população do Município abrange população urbana mais população rural, agora Santo André (SP) não se inclui e é substituída por Nova Iguaçu (RJ). A lista agora é ^{de} onze Municípios, acrescida com o Distrito Federal. A Tabela 7 se completa com as informações das taxas geométricas de crescimento na década 1960/70, quanto ao número de ordem (posição na lista dos mais populosos) em 1970, 1960 e 1950, e também qual percentagem da população total do Brasil representam. São subsídios para a análise das migrações internas que se fará adiante.

- População Urbana segundo Classes de Tamanho dos Municípios

Enquanto a Tabela 4 focalizou a distribuição da população urbana de cidades com até 10 000 habitantes, as Tabelas 8 e 9, focalizam a distribuição da população urbana das cidades médias e grandes. Em cada uma faz-se comparação dos três últimos Censos: 1950, 1960, 1970. Contudo as duas tabelas se organizaram com critério diferente quanto à época de referência de inclusão de cada Município nas Classes de Tamanho: na Tabela 8 a época de grupamento é uma só - 1960; na Tabela 9 o grupamento é feito segundo a população urbana registrada em cada Censo. Dessa diferença de critério resultam

as composições percentuais diversas em cada Censo. Por exemplo, a importante classe de Municípios médios, de 100 a 250 mil habitantes, possuía 15 centros em 1960, com participação entre 6 e 7% do total da população urbana (Tabela 8). No entanto, a Tabela 9 indica que essa classe em 1970 cresceu para 34 centros, cuja população representava 9,1% da população urbana.

Em conjunto, as Tabelas 8 e 9 mostram que nas duas últimas décadas, a par do crescimento das cidades grandes com 250 mil e mais habitantes (que em 1950 eram 6; em 1960, passaram a 10; em 1970, alcançaram 16) ocorreu também crescimento vigoroso das cidades nas faixas de 100 a 250 mil e nas de 50 a 100 mil habitantes.

"Saliente-se que dos 8 Municípios que em 1970 compunham a classe de 500 a 2 000 milhares, 7 são Capitais estaduais, consideradas Áreas Metropolitanas (Ver a lista da Tabela 7); trata-se de centros regionais que vêm apresentando excepcional dinamismo, onde o alargamento dos limites funcionais e geográficos atinge os Municípios adjacentes." (13)

5. MIGRAÇÕES INTER-REGIONAIS E MIGRAÇÕES INTRA-REGIONAIS

As expressões "migrações inter-regionais" e "migrações intra-regionais" não são utilizadas com muita frequência na literatura das Ciências Sociais. Três razões podem explicar esse fato. A primeira é que os estudos das migrações têm focalizado mais frequentemente as suas motivações e as implicações sócio-econômicas para os migrantes conforme às camadas da população de que se originam; por isso as migrações têm sido definidas pelo seu caráter rural-urbano, urbano-urbano de pequenas-cidades maiores etc; essas discriminações se referem contudo a níveis de agregação muito elevados que prejudicam a análise de atitudes, motivações etc. A segunda razão é que, frequentemente no espaço geográfico, o processo migratório destaca unidades punctuais como focos, tendo reduzido interesse áreas maiores ou grandes regiões; aliás, estas em geral apresentam multiplicidade de aspectos diferenciados e não homogeneidade no que interessa às migrações. A terceira e última razão é que o estudo regional evidencia muitas vezes problemas de hierarquia e escala; num sistema escalonado em diversos níveis não é fácil identificar em quais deles os aspectos mais expressivos das migrações estão relacionados; além disso o problema levanta questões referentes aos dados estatísticos disponíveis, que frequentemente se referem a localidades, outras a Unidades da Federação, ou então são agregados para as cinco macro-regiões. Pelas razões apresentadas foi

dado um passo importante quando a FIBGE desagregou as 5 macro-regiões brasileiras nas 10 regiões adotadas para o Censo de 1970. (14)

Os dados apresentados nas Tabelas 10 e 11 resultam de apurações especiais das Tabulações Avançadas do Censo Demográfico de 1970 obtidas pelos Autores citados. (15)

Na Tabela 10, como um balanço das migrações inter-regionais, apresentam-se as relações entre saídas, entradas e o saldo migratório e a população de cada Região. Os dados da tabela são percentagens da população de cada Região, tomando-se os fluxos acumulados em todo o período anterior até 1970. O conceito ou critério adotado é a comparação da Residência à Data do Censo com a Residência Anterior. Assim sendo, sempre que uma pessoa tiver saído da região de nascimento e feito ao menos um movimento, dentro da região de destino, será considerada migrante intra-regional por este segundo conceito e inter-regional pelo primeiro (conceito). Quando este deslocamento posterior envolver nova mudança de região, haverá coincidência de classificação como migrante inter-regional, mas ainda assim haverá diferenças nos quadros de origem e destino." (16).

A análise dos saldos de entrada e saída (%) da Tabela 10 mostra que as Regiões de origem (isto é, de saída) de migrantes foram principalmente a II-Maranhão e Piauí (-1,5%), a III-Nordeste oriental, núcleo tradicional de emigração (CE, RN, PB, PE, AL) (-10,0%), e a V- MG, ES, áreas de saída na Sudeste (- 16,1%).

Por outro lado, as Regiões de destino (isto é, de entrada) de migrantes foram principalmente a X-Centro Oeste:MT,GO,DF (22,7%), VIII-Paraná (16,2%), VI-RJ-GB (16,1%) e também a VII-SP (8,4%). O exame das percentagens de saída não altera substancialmente a posição dessas Regiões. (17).

A Tabela 11 apresenta para cada uma das dez Regiões os fluxos migratórios intra-regionais, apresentando os dados acumulados até 1970, do número absoluto de migrantes e de percentagens (referidas à base adequada em cada caso, conforme as Notas * e ** da Tabela 11), separando as migrações rurais-urbanas, as rurais-rurais, e as urbanas-urbanas. Os dados desta Tabela 11 mostram, por isso, a contribuição de cada Região para a sua própria urbanização (1a. coluna); e também onde estão ocorrendo modificações na agricultura (com deslocamentos dentro da zona rural; 2a. coluna); ou ainda provavelmente urbanização com industrialização (movimentos de cidades pequenas para maiores, dentro da zona urbana da mesma Região; 3a. coluna).

Os casos mais importantes de fluxos campo-cidade estão na VI-SP, com perda de quase 1/5 parte da população rural, ou seja 650 mil pessoas); a V-MG-ES e a III-Nordeste oriental, cada uma com cerca de 500 mil, e a VI-RJ-GB com contingente absoluto menor (de 200 mil), porém importante percentualmente porque acima de 20%.

Os casos mais marcantes de deslocamento da fronteira agrícola se apontam na VIII-Paraná (com 30% da população rural des

locada, mais de 1,3 milhões de pessoas) e VII- São Paulo; seguem-se em termos percentuais quase iguais (de 13 a 15%), no Nordeste a II- MA-PI; no Sul a IX- SC-RS; e no Centro-Oeste a X- MT, GO, DF.

Nos fluxos de crescimento urbano-urbano, pelo vulto de mais de 3 milhões, destaca-se a VII- SP (com 23 % da população urbana mudando de cidade); segue-se toda a macro-Região Sul, nas Regiões VIII e IX, com mais de 1,6 milhões (e percentagem em torno de 23%), e depois a Região V- MG, ES na Sudeste, com mais de 1,4 milhões (e percentagem de 21%).

A conclusão mais importante dos dados acima é que para a urbanização, a própria população urbana de cidades menores dentro de cada Região contribuiu com 1/5 parte da população urbana, até 1970. (18). Além disso, a mobilidade espacial da população brasileira tem aumentado através do tempo, e crescido com o desenvolvimento. (19).

As migrações internas que tiveram importante papel no crescimento industrial do Centro-Sul, especialmente de São Paulo, contribuíram também para a mão-de-obra agrícola naquele Estado, no período 1920-40, e foram fundamentais no deslocamento da fronteira agrícola. (20).

Verifica-se que muitas cidades constituem centros de atração de migrantes e polos de desenvolvimento, que guardam alguma hierarquia, objeto atual de numerosos e importantes estudos sobre a urbanização brasileira. (21).

CONCLUSÕES

1. As teorias tradicionais das migrações internas consideram que o motivo dominante nas decisões de migrar é de natureza econômica; estudos recentes admitem outras motivações inclusive a capacidade de romper com padrões tradicionais de cultura, em busca de melhores oportunidades em outra parte.
2. As migrações internas são importantes no Brasil desde a época colonial. Nas últimas décadas, migrações inter-regionais foram importantes no deslocamento da fronteira agrícola e na industrialização; migrações intra-regionais têm contribuído especialmente para a urbanização e industrialização. A mobilidade da população brasileira tem aumentado através do tempo e crescido com o desenvolvimento: em 1970, um de cada tres brasileiros já havia migrado ao menos uma vez.
3. A urbanização brasileira está associada à industrialização, à interiorização da população e à função administrativa- setor serviços das cidades-capitais.
4. A urbanização tem se dado por um duplo processo: 1. de difusão da urbanização pelo aumento do número de núcleos urbanos (7.800 cidades e vilas em 1970) e seu crescimento; 2. de concentração populacional: a) nas grandes cidades e áreas metropolitanas (10 cidades de 500 mil e mais hab.; 23 milh.) b) nas cidades médias (83 cidades de 50 a 250 mil hab.; 8 milhões) e c) nas pequenas cidades (3570, de menos de 20 mil hab.; 14 milhões).

NOTAS

- (1) Minucioso estudo dos movimentos imigratórios no Brasil, ca racterizando as fases históricas, os tipos dos imigrantes e aspectos da sua contribuição cultural no Brasil é feito por Manoel Diegues Junior — Imigração, Urbanização e Industrialização.
- (2) Um estudo de conjunto sobre a rede urbana brasileira, suas características geográficas, sua evolução e as transforma ções decorrentes do processo de urbanização do Brasil, com análise pormenorizada de dados estatísticos inclusive do Censo de 1950 encontra-se no livro de Pedro Pinchas Geiger, Evolução da Rede Urbana Brasileira.
- (3) Dentre os principais fluxos migratórios internos, desde o início da colonização, destacam-se os mencionados a se guir. O declínio da economia açucareira nordestina, con temporâneo da descoberta de ouro nas Minas Gerais, permi tiu forte deslocamento de população do Nordeste para a parte Meredional da Colonia, desde os fins do século XVII e ao longo do século XVIII. Em meados do século XVIII a economia de mineração no Centro (até Mato Grosso e Goiás) está no seu apogeu; a ela se deve o povoamento do inte rior e tal foi sua importância que a sede do governo colo nial foi transferida de Salvador para o Rio de Janeiro, em 1763.

No século XIX, dois fluxos de interiorização se destacam:

o que acompanha a cultura do café a partir do Vale do Paraíba para o norte e o oeste de São Paulo, e a partir de 1870 o da exploração da borracha na Amazonia, formado especialmente de nordestinos. Neste século XX, a agricultura, principalmente o café, caminha para o sudoeste de São Paulo e o norte do Paraná. Nos últimos trinta anos a industrialização do Rio e de São Paulo atraíram migrantes de todo o país. Na década dos anos 60 e na atual, há fluxos orientados para o Centro-Oeste, em especial Brasília, e mais recentemente para a Amazônia. Cf. Francisco B. B. de Magalhães Filho, História Econômica; e Annibal V. Vilela e Wilson Suzigan, Política do Governo e Crescimento da Economia Brasileira (1889-1945).

- (4) Cf. Fundação IBGE, Sinopse Estatística do Brasil 1972.
- (5) Ao menos dois simpósios recentes foram realizados: o de agosto de 1971, no Rio de Janeiro-GB sob os auspícios do IPEA-INPES, e o de abril de 1972 em Belo Horizonte-MG, patrocinado pelo Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional -CEDEPLAR, da Universidade Federal de Minas Gerais. Os trabalhos do primeiro estão reunidos no volume Migrações Internas no Brasil, Manuel A. Costa (editor); os do segundo em dois volumes sob o título Migrações Internas e Desenvolvimento Regional. Numerosos estudos e pesquisas vêm sendo publicados sobre esses temas, especialmen

te na revista Pesquisa e Planejamento Econômico e na Coleção Relatórios de Pesquisa, do IPEA/INPES. Alguns deles foram consultados para este trabalho e constam da Bibliografia.

- (6) Um resumo das idéias de E.G. Ravenstein (The Laws of Migration, 1885) e de Everett S. Lee (A Theory of Migration, 1966) está apresentado por Manoel A. Costa, em "Política de Migrações Internas", págs. 98-101; Milton da Mata e outros, Migrações Internas no Brasil, págs. 15 e ss.
- (7) Cf. Manoel A. Costa, "Política de Migrações Internas". Paul Singer, em "Migrações Internas: Considerações Teóricas sobre o seu estudo", considerando que o processo de industrialização das atuais nações em desenvolvimento é historicamente condicionado e difere da industrialização "original" formula sugestões para estudo das migrações internas como processo social, rejeitando a validade da teoria tradicional.
- (8) Cf. Sinopse Preliminar do Censo Demográfico - 1970:Brasil.
- (9) Observe-se, na Tabela 1, que Santo André, SP é aquela das dez cidades que apresenta a mais alta taxa de crescimento (6,2%) maior mesmo que a da Capital de São Paulo (5,1%) mostrando que os migrantes ficam nos seus arredores (região do Grande São Paulo) à medida que encontram ocupação; no Grande São Paulo, a taxa foi de 6,1%. Cf. Mata e

outros, Migrações Internas no Brasil, p. 34.

(10) Os Autores do estudo citado fazem alguns comentários so
bre a Tabela 2, dos quais selecionamos os seguintes:

a) Na Regiões Norte (I) as capitais cresceram acima da
média geral. Ora, Belém, e Manaus não passaram por al
terações de vulto que viessem a intensificar a procura
de mão-de-obra.

É de se presumir que nas cidades do interior ou no
meio rural a situação esteja menos promissora do que
nas capitais.

b) Na Região V, a taxa de crescimento foi das maiores, mui
to embora nessas capitais persistam altos níveis de de
semprego.

c) Na Região VI, a taxa de crescimento foi a mais baixa
(2,7%) o que subestimaria o potencial da atração do
Rio de Janeiro, mas ocorre que o Grande Rio inclui "ci
dades dormitório" de elevado crescimento.

d) A elevadíssima taxa da Região Centro-Oeste (X) é influ
enciada por Brasília; mas toda a região cresceu: Goia
nia a 5,8%.

(11) O Dec. lei n.º 311/38 estabeleceu os mínimos de 30 moradias
para a criação de vila e de 200 moradias para a criação
de cidades. A Constituição de 1946 eliminou a uniformida
de de critério e cada Estado criou seu próprio limite mí

nimo. Há 30 anos já havia restrita comparabilidade nos critérios de urbanização; atualmente qualquer tentativa parece inoperante. Cf. o estudo, hoje histórico de Ruy Lourenço Filho, População Urbana e População Rural, no qual há vinte anos cuidamos da questão.

- (12) Essas duas Tabelas são do estudo "Concentração Urbana no Brasil 1^o40-70", de Pedro P. Geiger e outros. Outras conclusões do citado estudo merecem destaque: "Dois movimentos simultâneos e aparentemente contraditórios se desenvolveram (de 1^o40 a 1^o70): concentração do fenômeno urbano em determinados espaços geográficos e difusão de pontos de concentração da população urbana através do país. Estes movimentos são apenas parcialmente contraditórios uma vez que, na realidade, fazem parte de um mesmo processo geral, onde o primeiro é ligado à industrialização e se impõe hierarquicamente ao segundo.

Dentro do processo geral distinguem-se três aspectos. O primeiro refere-se à industrialização responsável por tendências de concentração, e que teria conduzido o país a formas de organização espacial mais próximas do modelo núcleo-periferia.

.... A segunda forma se refere à expansão de grandes capitais regionais pelos municípios vizinhos que passam a funcionar como subúrbios sem industrialização significativa, como é o caso de Fortaleza e Belém. ... Finalmen

te cabe destacar a evolução de lugares centrais nas regiões agrícolas, especialmente aquelas dotadas de indústrias de consumo local ou de beneficiamento de produtos agrícolas. As funções terciárias são as que mais contribuem para a melhor distribuição espacial do sistema urbano através da multiplicação de pequenos centros, o que, em outros termos significa ocupação do espaço nacional".

- (13) Esta conclusão de Milton da Mata, em "Urbanização e Migrações Internas", p. 726 é concordante com a de Pedro P. Geiger e outros, em "Concentração Urbana no Brasil, 1^o40-70", p. 428.
- (14) Este parágrafo condensa as idéias da parte inicial do estudo de Pedro P. Geiger, Migrações Inter-Regionais e Inter-regionais no Brasil.
- (15) O estudo básico para esta parte do trabalho é o de Milton da Mata e outros, Migrações Internas no Brasil, especialmente o Cap. III.
- (16) Cf. Milton da Mata e outros, p. 62. O primeiro conceito (ou critério) mencionados na citação feita é aquele que relaciona Lugar de Nascimento e Residência à Data do Censo; pelo primeiro conceito, "uma pessoa será considerada migrante intra-regional desde que, não residindo no Município de Nascimento à Data do Censo tenha nascido na região onde foi

recenseada; pelo segundo conceito a inclusão se dá sempre que o Município anterior de residência se situe na região do domicílio do Censo" (op. cit. p. 47).

(17) Informação mais detalhada das Migrações Inter-regionais é apresentada por Milton da Mata e outros, op. cit., p. 66, Quadro III-10 e todo o parag. 3.3, pags. 57-72.

(18) Além de informação mais detalhada das Migrações Intra-Regionais, uma análise crítica dos resultados encontra-se no estudo citado, de Milton da Mata e outros, Cap. 3.

(19) Cf. Milton da Mata e outros, Op. Cit., pags. 57-65.

(20) Estudo pormenorizado da questão, por fases desde 1872 a 1970, é feito por Graham e Hollanda Filho, especialmente às pags. 64-75 e 79-87.

(21) Dentre os estudos quantitativos de polos de desenvolvimento e da estrutura urbana brasileira, devem ser destacados os do grupo liderado pelo geógrafo Speridião Faissol, alguns dos quais reunidos no volume Problemas Geográficos Brasileiros: Análises Quantitativas.

Os estudos de Economia Urbana estão se tornando cada vez mais importantes à medida que cresce a urbanização do país. Uma coletânea de estudos de vários Autores estrangeiros foi organizada por Leahy - McKee - Dean, sob o título Urban Economics. Entre nós destaca-se o estudo de Hamilton Tolosa, Macroeconomia da Urbanização Brasileira, 1973.

LISTA DE TABELAS

1. Crescimento das Cidades mais Populosas do Brasil, 1960-70
2. População dos Municípios das Capitais em 1960-70
3. População Urbana e Rural, por Regiões, 1960-70
4. Cidades e Vilas na data dos Censos de 1950, 1960 e 1970
5. Distribuição das Categorias de Cidades e Vilas segundo a Dimensão Populacional
6. Distribuição das Cidades por Categorias e segundo as Grandes Regiões, 1940 e 1970
7. Municípios que em 1970 possuíam população superior a 500 000 habitantes e sua posição relativa em 1950, 1960 e 1970
8. População Urbana segundo classes de tamanho dos Municípios em 1960
9. População Urbana segundo classes de tamanho dos Municípios
10. Migrações inter-regionais: "Relações entre os fluxos acumulados e a população em 1970
11. Fluxos Migratórios Intra-regionais, 1970

TABELA 1

CRESCIMENTO DAS CIDADES MAIS POPULOSAS DO BRASIL, 1960-70

Cidades	1960	1970	Taxa de Crescimento Anual (%)
1 - Rio de Janeiro (GB)	3.307.163	4.315.746	2,7
2 - São Paulo (SP)	3.164.804	5.241.232	5,1
3 - Recife (PE)	788.569	1.070.078	3,1
4 - Belo Horizonte (MG)	642.912	1.126.368	5,7
5 - Salvador (BA)	630.878	1.017.591	4,9
6 - Porto Alegre (RS)	617.629	887.338	3,7
7 - Belém (PA)	359.988	572.654	4,8
8 - Fortaleza (CE)	354.942	529.933	4,1
9 - Curitiba (PR)	344.560	497.626	3,7
10 - Santo André (SP)	230.196	417.275	6,2
TOTAL	10.441.641	15.675.841	4,1

FONTE: Sinopse Preliminar do Censo Demográfico de 1970, FIBGE/IBE, p. 100.
(apud Mata e outros, 1973, p. 34, Quadro II.3).

TABELA 2

POPULAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DAS CAPITAIS EM 1960 e 1970

Regiões	1960	1970	Taxa Anual de Crescimento (em %)
I - RD, AC, AM, PA, RO	749.517	1.255.229	5,3
II - MA, PI	304.427	500.819	5,1
III - CE, PE, RN, PB, AL*	1.799.440	2.725.121	4,2
IV - SE, BA	771.448	1.213.980	4,6
V - MG, ES	778.570	1.391.806	6,0
VI - RJ, GB	3.552.630	4.646.142	2,7
VII - SP	3.825.351	5.978.977	4,6
VIII - PR	361.309	624.362	5,6
IX - SC, RS	739.693	1.046.589	3,6
X - MT, GO, DF	353.107	1.039.226	11,4
TOTAL	13.235.492	20.422.251	4,4

FONTE: Sinopse Preliminar do Censo Demográfico de 1970, FIBGE/IBE, p. 85.

* Sem levar em conta o Território de Fernando de Noronha.
(apud Mata e outros, 1973, p. 35, Quadro II.4).

TABELA 3

POPULAÇÃO URBANA* E RURAL, POR REGIÕES, 1960-70

Regiões	População (1.000 hab.)				Taxas Anuais de Crescimento (%)		
	Urbana		Rural		População Urbana	População Rural	População Total
	1960	1970	1960	1970			
I - RD, AC, AM, PA, RO, AP	983	1.649	1.618	2.001	5,3	2,2	3,4
II - MA, PI	747	1.333	3.009	3.439	6,0	1,4	2,4
III - CE, PE, PB, RN, AL, FN	4.554	7.086	7.368	8.322	4,6	1,2	2,6
IV - SE, BA	2.380	3.562	4.371	4.933	4,1	1,3	2,3
V - MG, ES	4.368	6.902	7.010	6.361	4,7	-1,0	1,5
VI - RJ, GB	5.301	8.013	1.409	1.097	4,2	-2,5	3,1
VII - SP	8.150	14.432	4.825	3.526	5,9	-3,0	3,3
VIII - PR	1.328	2.547	2.968	4.451	6,7	4,1	5,0
IX - SC, RS	3.141	4.887	4.455	4.799	4,5	0,7	2,5
X - MT, GO, DF	1.053	2.493	1.954	2.674	9,0	3,2	5,6
BRASIL	32.005	52.905	38.988	41.604	5,2	0,7	2,9

FONTE: Sinopse Preliminar do Censo Demográfico de 1970, FIBGE/IBE, p. 87. (apud Mata e outros, 1973, p. 38, Quadro II.5)

* A população urbana é definida por Leis Municipais.

TABELA 4

CIDADES E VILAS NA DATA DOS CENSOS DE 1950, 1960 E 1970

GRUPOS DE HABITANTES	CIDADES E VILAS					
	1950		1960		1970	
	Dados Absolutos	%	Dados Absolutos	%	Dados Absolutos	%
N Ú M E R O						
TOTAL.....	5 375	100,00	6 537	100,00	7 834	100,00
até 2 000 .	4 205	78,24	4 738	72,49	5 395	68,87
2 001 a 5 000 .	692	12,87	1 016	15,54	1 241	15,84
5 001 a 10 000 .	258	4,80	378	5,78	546	6,97
mais de 10 000 .	220	4,09	405	6,19	652	8,32
P O P U L A Ç Ã O						
TOTAL.....	18 775 198	100,00	31 955 633	100,00	52 904 744	100,00
até 2 000 .	2 763 841	14,72	3 258 251	10,20	3 620 390	6,84
2 001 a 5 000 .	2 085 588	11,12	3 146 527	9,85	3 899 127	7,37
5 001 a 10 000 .	1 782 267	9,50	2 617 205	8,19	3 810 607	7,20
mais de 10 000 .	12 143 502	64,66	22 933 650	71,76	41 574 620	78,59

FONTE: Sinopse Preliminar do Censo Demográfico de 1970, FIBGE/IBGE, p. 39.

NOTA - Para 1950, população presente; para 1960, população recenseada e, para 1970, população residente.

TABELA 5

DISTRIBUIÇÃO DAS CATEGORIAS DE CIDADES E VILAS SEGUNDO A DIMENSÃO POPULACIONAL

(Em milhares de habitantes)

DISTRIBUIÇÃO DE CIDADES		1940	1950	1960	1970
1. ^a Categoria.....	+ de 2%	+ de 784	+ de 1 000	+ de 1 400	+ de 1 860
2. ^a Categoria.....	de 1,01 a 2,00%	392 a 784	500 a 1 000	700 a 1 400	930 a 1 860
3. ^a Categoria.....	de 0,51 a 1,00%	196 a 392	250 a 500	350 a 700	465 a 930
4. ^a Categoria.....	de 0,31 a 0,50%	117 a 196	150 a 250	210 a 350	279 a 465
5. ^a Categoria.....	de 0,21 a 0,30%	78 a 117	100 a 150	140 a 210	186 a 279
6. ^a Categoria.....	de 0,11 a 0,20%	39 a 78	50 a 100	70 a 140	93 a 186
7. ^a Categoria.....	de 0,05 a 0,10%	20 a 39	25 a 50	35 a 70	45 a 93

FONTE: Censos Demográficos da Fundação IBGE. (apud Geiger e outros, 1972, p. 414).

TABELA 6

DISTRIBUIÇÃO DAS CIDADES POR CATEGORIAS E SEGUNDO AS GRANDES REGIÕES, 1940 E 1970

(Número de Cidades)

Categorias	1940					1970				
	Amazonia e Centro Oeste	Nordeste	Sudeste	Sul	TOTAL	Amazonia e Centro Oeste	Nordeste	Sudeste	Sul	TOTAL
1. ^a	-	-	2	-	2	-	-	2	-	2
2. ^a	-	-	-	-	-	-	2	1	-	3
3. ^a	-	2	-	1	3	1	1	-	2	4
4. ^a	1	1	3	-	5	2	-	6	-	8
5. ^a	-	1	-	1	2	1	4	6	-	11
6. ^a	1	4	8	2	15	2	7	27	7	43
7. ^a	1	6	20	6	33	6	15	40	18	79
TOTAL	3	14	33	10	60	12	29	82	27	150

FONTE: Censos Demográficos, FIBGE. (adaptado de Geiger e outros, 1972, Quadro 5, p. 426 e 6, p. 427).

TABELA 7

MUNICÍPIOS QUE EM 1970 POSSUÍAM POPULAÇÃO SUPERIOR A 500 000 HABITANTES E SUA POSIÇÃO RELATIVA EM 1950, 1960 e 1970

MUNICÍPIO	POPULAÇÃO RECENSEADA 1970	TAXAS MÉDIAS GEOMÉTRICAS POR 100 HAB. 1960/1970	NÚMERO DE ORDEM			% EM RELAÇÃO AO BRASIL		
			1970	1960	1950	1970	1960	1950
São Paulo.....	5 978 977	4,57	1	1	2	6,34	5,39	3,89
Guanabara.....	4 315 746	2,70	2	2	1	4,57	4,66	4,59
Belo Horizonte	1 255 415	6,12	3	4	6	1,33	0,98	0,68
Recife.....	1 084 459	3,12	4	3	3	1,15	1,12	1,01
Salvador.....	1 027 142	4,59	5	5	4	1,09	0,92	0,80
Pôrto Alegre..	903 175	3,49	6	6	5	0,96	0,90	0,76
Fortaleza.....	872 702	5,42	7	7	7	0,93	0,73	0,52
Nova Iguaçu...	731 814	7,37	8	10	16	0,78	0,51	0,28
Belém.....	642 514	4,80	9	8	8	0,68	0,57	0,49
Curitiba.....	624 362	5,62	10	9	12	0,66	0,51	0,35
D.Federal.....	546 015	14,44	11	34	...	0,58	0,20	...

FONTE: Sinopse Preliminar do Censo Demográfico de 1970, FIBGE/IBE, p. 41.

TABELA 8

POPULAÇÃO URBANA SEGUNDO CLASSES DE TAMANHO DOS MUNICÍPIOS EM 1960¹

Classes de Tamanho (em 1 000 hab.)	Nº de Centros ² (1960)	% do Total da População Urbana			
		1950	1960	1970	
Menos de 20	2 509	28,2	31,5	32,6	
20 - 50	107	9,9	11,6	9,3	
50 - 100	40	7,6	8,3	8,6	
100 - 250	15	7,0	6,4	6,4	
250 - 500	4	4,8	4,8	4,6	
500 - 2.000	4	11,5	10,7	10,7	
2.000 e mais	2	31,0	26,7	27,8	
Total	Percent.	100,0	100,0	100,0	
(Pop. Urbana)	Absolutos	2 681	16 277 528	32 004 817	52 904 744

FONTES: Censos Demográficos de 1950, 1960 e 1970, FIBGE. (apud Mata, 1973, p. 723, Quadro 3).

1. Neste Quadro os Municípios estão grupados de acordo com as respectivas populações urbanas em 1960, mantendo-se este grupamento para 1950 e 1970;
2. O número de centros é inferior ao de Municípios, uma vez que os Municípios das Áreas Metropolitanas, recentemente definidas, foram a elas incorporados.

TABELA 9

POPULAÇÃO URBANA SEGUNDA CLASSES DE TAMANHO DOS MUNICÍPIOS¹

Classes de Tamanho (1 000 hab.)	1950		1960		1970		Taxa Crescimento 70/50	
	População (1 000 hab.)	Nº de Centros ²	População (1 000 hab.)	Nº de Centros ²	População (1 000 hab.)	Nº de Centros ²	População (1 000 hab.)	Nº de Centros ²
Menos de 20	5 747 (35,3) ³	1 745	10 101 (31,5)	2 509	13 849 (26,2)	3 574	9,2	7,4
20 - 50 ..	1 623 (10,0)	55	3 697 (11,6)	107	5 632 (10,6)	177	13,3	12,4
50 - 100 ..	1 215 (7,5)	16	2 650 (8,3)	40	3 430 (6,5)	49	10,9	11,9
100 - 250 ..	787 (4,8)	4	2 034 (6,4)	15	4 832 (9,1)	34	19,9	24,0
250 - 500 ..	1 237 (7,6)	3	1 522 (4,8)	4	1 865 (3,5)	6	4,2	7,2
500 - 2 000 ..	630 (3,9)	1	3 440 (10,7)	4	8 363 (15,8)	8	30,0	23,0
2 000 e mais ...	5 038 (30,9)	2	8 561 (26,7)	2	14 935 (28,2)	2	11,5	-
Total	16 278	1 826	32 005	2 681	52 905	3 850	12,5	7,8
(Pop. urbana)...	(100,0)		(100,0)		(100,0)			

FONTES: Censos Demográficos de 1950, 1960 e 1970, FIBGE. (apud Mata, 1973, p. 724, Quadro 4)

1 Diferentemente do Quadro 3, os Municípios deste Quadro são agrupados segundo a população urbana registrada em cada Censo;

2 Idem a nota 2 do Quadro 3;

3 Os números entre parênteses representam a participação de cada grupo de tamanho no total da população urbana.

TABELA 10

MIGRAÇÕES INTER-REGIONAIS: *RELAÇÕES ENTRE OS FLUXOS ACUMULADOS E A POPULAÇÃO EM 1970

(Em Percentagem da População)

Regiões	Entradas	Saídas	Saldo
I - PA, AM, AC, AP	5,6	1,8	3,8
II - MA, PI	4,6	6,1	-1,5
III - PE, CE, PB, RN, AL	1,0	11,0	-10,0
IV - SE, BA	3,1	12,1	-9,0
V - MG, ES	2,9	19,0	-16,1
VI - RJ, GB	19,8	3,7	16,1
VII - SP	14,8	6,4	8,4
VIII - PR	22,1	5,9	16,2
IX - SC, RS	0,9	6,9	-6,0
X - MT, GO, DF	26,1	3,4	22,7
BRASIL	9,1	9,1	-

FONTES: Quadros III.8 e III.9 (apud Mata e outros, 1973, p. 69, Quadro III.11)

* Conceito: residência anterior e residência à data do censo.

TABELA 11

FLUXOS MIGRATÓRIOS INTRA-REGIONAIS, 1970

Regiões	(Saídas-Entradas) Rurais*	Rurais-Rurais**	Urbanos-Urbanos**
I - AM,PA	46.957 (2,4)	154.887 (7,8)	164.730 (10,1)
II - MA,PI	20.792 (0,6)	496.293 (14,6)	132.678 (10,3)
III - CE,RN,PB,PE,AL	446.437 (5,5)	731.174 (9,1)	1.372.428 (19,7)
IV - SE,BA	77.252 (1,6)	347.526 (7,1)	623.291 (17,8)
V - MG,ES	467.162 (7,4)	604.182 (9,6)	1.436.481 (21,2)
VI - RJ,GB	234.844 (21,5)	52.992 (4,9)	1.212.498 (15,3)
VII - SP	651.759 (18,6)	844.389 (24,1)	3.279.904 (23,0)
VIII - PR	202.620 (4,6)	1.332.089 (30,0)	593.032 (23,4)
IX - SC,RS	360.313 (7,5)	699.918 (14,7)	1.091.994 (22,7)
X - MT,GO,DF	61.392 (2,3)	349.155 (13,3)	426.181 (17,5)
TOTAL	2.569.528 (6,3)	5.612.605 (13,6)	10.333.217 (19,8)

FONTE: Tabulações Especiais do Censo Demográfico de 1970, FIBGE/IBI. (apud Mata e outros, 1973, p. 75, Quadro III.13).

* Os números desta coluna representam as diferenças em cada região entre os fluxos rurais-urbanos e os urbanos-rurais, i.e., refletem a perda de população do meio rural para o urbano, nos movimentos intra-regionais. As porcentagens - entre parênteses - tomam como base a população rural de cada região.

** Os números entre parênteses da segunda coluna são relações entre as migrações e a população rural; os da terceira tomam como base a população urbana.

BIBLIOGRAFIA CONSULTADA

- BRASIL. Sinopse Preliminar do Censo Demográfico - 1970 - Brasil. Rio de Janeiro, Fundação IBGE/IBE, 1971, 256 p.
- BRASIL. Sinopse Estatística do Brasil - 1972. Rio de Janeiro, Fundação IBGE/IBE, 2ª tiragem, 1972, 400 p.
- CEDEPLAR. Migrações Internas e Desenvolvimento Regional (Vols. I e II), Belo Horizonte, UFMG - Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional (CEDEPLAR). 230 + 193 p. 1973.
- COSTA, Manoel A., (editor). Migrações Internas no Brasil. Monografia nº 5. IPEA/INPES. 1971, 190 p.
- COSTA, MANOEL A. - "Política de Migrações Internas", in- Costa Manoel A., (editor), Migrações Internas no Brasil, p. 95-119 1971
- DIÉGUES JUNIOR, MANUEL. Imigração, Urbanização e Industrialização. Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais, Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos/MEC, 1964, 385 p.
- FAISSOL, SPERIDIÃO. Problemas Geográficos Brasileiros: Análises Quantitativas. Separata da R. Bras. Geografia 34 (1/4) 1972.
- GEIGER, PEDRO P. - Evolução da Rede Urbana Brasileira. Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais - Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos/MEC, 1963, 462 p.

- GEIGER, PEDRO P. - "Migrações Inter-Regionais e Intra-Regionais no Brasil", in CEDEPLAR, Migrações Internas e Desenvolvimento Regional, pgs. 27-71.
- GEIGER, PEDRO P.; RUA, JOÃO; e RIBEIRO, LUIZ A.M. - "Concentração Urbana no Brasil 1940-70" in Pesquisa e Planejamento Econômico, IPEA, Vol. 2 (2) dez. 1972, p. 411-432
- GRAHAM, DOUGLAS H. e HOLLANDA FILHO, SERGIO BUARQUE DE. Migration, Regional and Urban Growth and Development in Brasil: A Selective Analysis of The Historical Record - 1872-1970. Vol. 1. São Paulo, USP/IPE, 1971, 151 p. (mimeo)
- LEAHY, WILLIAM H.; MCKEE, DAVID L.; DEAN, ROBERT D. - Urban Economics: Theory, Development and Planning, The Free Press, New York, 1970. 337 p.
- LOURENÇO FILHO, RUY. "População Urbana e População Rural". Rev. Fac. Ciências Econômicas - UFMG, Belo Horizonte 2 (4): 74-87, jul/dez 53
- MAGALHÃES FILHO, FRANCISCO DE B.B. - História Econômica, 2ª ed., São Paulo, Sugestões Literárias, 1973, 472 p.
- MATA, MILTON DA, "Urbanização e Migrações Internas", in Pesquisa e Planejamento Econômico, IPEA, 3(3): p. 715-746, Out. 1973

MATA, MILTON DA; CARVALHO, EDUARDO W.R. DE; CASTRO E SILVA, MARIÁ THEREZA L.L. - Migrações Internas no Brasil: Aspectos Econômicos e Demográficos, Relatório de Pesquisa nº 1º, IPEA/INPES, 1º73, 217 p.

SINGER, PAUL - "Migrações Internas: Considerações Teóricas sobre o seu estudo", in CEDEPLAR Migrações Internas e Desenvolvimento Regional - Vol. I, p. 16º-208

TOLOSA, HAMILTON C. "Macro economia da Urbanização Brasileira", Pesquisa e Planejamento Econômico, IPEA, 3(3) p. 585-644, out. 1º73

VILLELA, ANNIBAL V. e SUZIGAN, WILSON, Política do Governo e Crescimento da Economia Brasileira 188º-1º45, Rio de Janeiro, IPEA/INPES, 1º73, 468 p.

Rio de Janeiro, 19 de junho de 1974
Ruy Lourenço
no 35

